

A inserção privatista da Fundação Lemann na educação pública brasileira

The privatist insertion of the Lemann Foundation in Brazilian public education

Artur Bispo dos Santos Neto* 

Tatiana Lyra Lima Félix** 

RESUMO

O presente texto busca perscrutar a capilaridade das parcerias público-privadas (PPPs) pela mediação da análise da intervenção da Fundação Lemann (FL) na educação tanto da classe política dirigente quanto dos gestores e educadores das escolas públicas brasileiras. Num primeiro momento, aborda-se a particularidade das PPPs como modalidade específica de privatização, bem como a ideologia que lhe serve de sustentação: o empreendedorismo. Num segundo instante, buscar-se-á apresentar o *modus operandi* de atuação da FL no universo da educação pública, enquanto espaço privilegiado de propagação de seus preceitos e valores neoliberais. Observar-se-á que a lógica empreendedora, postulada pela FL, serve aos imperativos da reprodução do capital numa etapa de crise das organizações tradicionais. Para operar a análise da peculiaridade da ideologia difundida pela FL aos partícipes da classe política dirigente e dos gestores e educadores da educação pública, recorrer-se-á às investigações desenvolvidas por Marx (2013) e Harvey (2004).

Palavras-Chave: educação pública; parcerias público-privadas; empreendedorismo.

ABSTRACT

This text seeks to scrutinize the capillarity of public-private partnerships (PPPs) through the analysis of the Lemann Foundation's (LF) intervention in the education of both the ruling political class and managers and educators of Brazilian public schools. At first, the particularity of PPPs is approached as a specific modality of privatization, as well as the ideology that supports it: entrepreneurship. In a second moment, an attempt will be made to present the *modus operandi* of LF's performance in the universe of public education, as a privileged space for the propagation of its precepts and neoliberal values. It will be observed that the entrepreneurial logic, postulated by the LF, serve the imperatives of capital reproduction in a stage of crisis of traditional organizations. In order to carry out the analysis of the peculiarity of the ideology spread by the LF to participants of the ruling political class and to managers and educators of public education, we will resort to the investigations developed by Marx (2013) and Harvey (2004).

Keywords: public education; public-private partnerships; entrepreneurship.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.76094>

*Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil. E-mail: artur.neto@ichca.ufal.br.

**Universidade Federal de Alagoas, Maceió, AL, Brasil. E-mail: tatianalyra@yahoo.com.br.

SANTOS NETO, A. B.; FÉLIX, T. L. L. A inserção privatista da Fundação Lemann na educação pública brasileira. *Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 210 - 223, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.76094>

Recebido em 21 de julho de 2022.

Aprovado para publicação em 21 de novembro de 2022.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Na tentativa desesperada de deslocar suas contradições, o capital financeiro promove uma plêiade de contrarreformas sob a insígnia das medidas neoliberais, penetrando radicalmente nas distintas esferas extraeconômicas. O expediente da acumulação por espoliação é acionado na perspectiva de apaziguar e atenuar a crise que acomete o sistema do capital no circuito da produção-consumo-distribuição.

A necessidade de assegurar a ampliação das taxas de acumulação, mediante novas táticas e estratégias de apropriação do trabalho excedente, configura-se como o fundamento das medidas persuasivas do capital contra o trabalho nos tempos hodiernos. Os problemas crônicos do sistema decorrentes da queda da taxa de lucro, superprodução e superacumulação e o estilhaçamento da relação existente entre produção-distribuição-consumo, expresso na natureza destrutiva do capital, devem ser solucionados com o anteparo das saídas externas configuradas nos complexos coercitivos e persuasivos. As medidas extraeconômicas são acionadas para atenuar os problemas econômicos, revelando a incapacidade de o sistema apresentar soluções duradouras para dirimir sua profunda crise de expansão e acumulação em escala ampliada.

Os direitos sociais dos trabalhadores e a educação devem ser reconfigurados na perspectiva de colaborar na recuperação das taxas de lucros do capital mediante o desmantelamento da estrutura ideológica que matizava as organizações e os movimentos sociais. Nesse processo, faz-se necessário introduzir uma ideologia centrada na semântica meritocrática, na lógica concorrencial e na supervalorização do espírito empreendedor, enquanto chave de resolução dos males que acometem os serviços públicos, a escola pública e os partícipes do exército industrial de reserva. A nova semântica tem como escopo obnubilar o fundamento das novas modalidades de privatizações presentes na esfera pública, matizadas nas parcerias público-privadas, e obliterar a verdadeira essencialidade das fundações erguidas por empresários como Jorge Paulo Lemann.

No decorrer deste texto, observar-se-á como a capilaridade das parcerias público-privadas inscreve-se na Fundação Lemann, como uma das principais protagonistas das contrarreformas instituídas veladamente no *corpus* da escola pública, mediante práticas que têm como vetor essencial capturar a subsunção da consciência das massas destituídas da possibilidade de reproduzir sua existência objetivo-subjetiva sem vender sua força de trabalho.

As parcerias público-privadas (PPPs) e a lógica empreendedora

Enquanto correia de transmissão do capital financeiro, os Estados nacionais da burguesia assumem a tarefa de colocar em movimento as sórdidas políticas neoliberais.

As parcerias público-privadas (PPPs) foram plasmadas objetivando assegurar a volatilidade dos interesses das grandes corporações financeiras e empresariais, que precisavam apropriar-se dos recursos destinados à educação pública, num contexto de crise profunda de expansão e acumulação do capital.

A privatização dos serviços públicos, possibilitada pela parceria público-privada, tem seu ponto de inflexão na privatização duma constelação de empresas estatais brasileiras na década de 1990. O governo Luiz Inácio Lula da Silva representa o aperfeiçoamento de um processo iniciado nos governos precedentes, em que as privatizações comparecem sob o nome de concessões.

Na oportunidade da homologação da Lei das PPPs, em 31 de dezembro de 2004, Soliani e Scolese (2004, p. 1 – grifos nosso) afirmam:

O Ministério do Planejamento pré-selecionou 23 projetos que estão no PPA (Plano Plurianual) para avaliar a possibilidade de licitá-los dentro das novas regras. O investimento para realizá-los é estimado em R\$ 13,067 bilhões. A maioria dos empreendimentos, 19, são obras para facilitar o escoamento das exportações e interligar centros econômicos – construção de estradas e ferrovias e melhoria nos portos. Mas nem todos devem ser feitos com base nas PPPs.

A seleção final dos projetos será baseada em quatro critérios: prioridades de desenvolvimento (obras que melhorem a logística de escoamento da produção); o interesse da iniciativa privada; a qualidade do próprio projeto e a capacidade de geração de receitas.

As PPPs são uma nova modalidade de concessão para obras necessárias ao desenvolvimento do país, mas cujo retorno econômico pode não ser suficiente para estimular a iniciativa privada a assumir o empreendimento sozinha.

A nova lei garante ao empreendedor privado um retorno mínimo para o seu investimento. Parte do retorno será pago com a cobrança de tarifas pelos usuários do serviço, e outra parte, pela União, Estados ou municípios. Em alguns casos, a remuneração do investidor poderá vir toda das contraprestações públicas.

O texto acima não deixa dúvida acerca da natureza privatista das PPPs, quando assinala que são uma nova modalidade de concessão; ou melhor, que as PPPs se configuram como uma nova modalidade de privatização.

Um pequeno resgate histórico permite lembrar que, mediante as parcerias do setor público com o setor privado, o governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) operacionalizou o mais colossal processo de privatização de empresas estatais da história brasileira, em que trilhões de reais foram deslocados do setor público para o privado. Somente no último mandato do governo FHC (2000-2003) foram realizados 315 programas de parcerias público-privadas, envolvendo 613,5 bilhões de reais. Desse montante, a

iniciativa privada projetava aplicar aproximadamente 171,7 bilhões de reais, sendo uma parte desse montante advindo dos empréstimos do BNDES. Dos referidos programas, destacam-se 43 cuja iniciativa deveria participar com 283 ações de um conjunto formado por 827 projetos ou ações em exercício; nove desses programas estavam relacionados à privatização do complexo hidroelétrico brasileiro (SOARES; CAMPOS, 2004).

O referido plano não ficou circunscrito à privatização de estatais de prestação dos serviços de energia elétrica, mas estendeu-se para a Petrobras, rodovias federais, oferta dos serviços de água e esgoto etc., alcançando ainda a oferta dos serviços públicos de educação e saúde, “sendo sete na área de saúde e quatro na área de educação” (SOARES; CAMPOS, 2004, p. 9). Entre as parcerias elencadas, destaca-se a estabelecida pela Universidade de Brasília (UnB) com o ramo da construção civil.

Esclarecem Soares e Campos (2004, p. 9-10):

Efetivamente, a UnB, em vez de vender terrenos urbanos que possui, de uso residencial, estabelece parceria com a construtora que lhe oferecer a maior área construída. Por esse sistema, a Universidade consegue, por meio de licitação, trocar lotes urbanos, destinados para prédio residencial, por até 40% dos apartamentos construídos. Esses apartamentos têm sido colocados à venda após a conclusão do prédio, o que significa que a UnB assume o risco do empreendimento e passa a dispor de um produto de maior valor agregado.

Assim, o Estado brasileiro poderia isentar-se da responsabilidade pelo tripé ensino-pesquisa-extensão. A UnB forjava o caminho da apregoada “autonomia universitária”, procurando cooptar recursos da esfera privada; para isso, alienava parte de seus bens imóveis sob a justificativa da constituição de novos fundos financeiros para o desenvolvimento de pesquisas e a ampliação das atividades de ensino e extensão.

A narrativa da melhoria da qualidade dos serviços prestados buscou ocultar o processo de acumulação por espoliação que matizava a verdadeira essência das parcerias público-privadas. Harvey (2004) chama atenção para as novas formas de acumulação por espoliação, como a dívida pública, a manipulação do sistema de crédito, a supervalorização das ações, a manipulação do sistema financeiro e a fraude corporativa, bem como o processo de privatização de ativos e serviços públicos (saúde e educação), as patentes e o conhecimento produzido pelas universidades. Desse modo, a parceria público-privada delinea-se como forma de capturar e transferir recursos públicos para o setor privado.

Os recursos que deviam ter como destinatários os trabalhadores, na esfera da educação, são desviados para o sistema financeiro e para a formação e consolidação de grandes grupos empresariais. Desse modo, capitalistas como Eike Batista conseguiram fazer fortuna da noite para o dia; a história de Jorge Paulo Lemann não seria diferente.

As parcerias estabelecidas com escolas públicas constituem uma forma de privatização em que o capital consegue penetrar em sua ossatura mantendo velada sua essencialidade. O processo de mutação inscreve-se nas camadas mais densas de sua processualidade sem que seus usuários possam compreender o que efetivamente acontece sob seus olhos e/ou debaixo de seus pés. O demiurgo ideológico dessa velada forma de privatização denomina-se terceiro setor.

A sua semântica de inovação, criatividade individual, colaboração e assistencialismo não passam de um estratagema para encobrir sua verdadeira essencialidade. O terceiro setor não se configura como uma esfera distinta do Estado e do mercado, como argumentam seus ideólogos, mas emerge como uma peça subjetiva para isentar o Estado de suas obrigações sociais e lançar sobre os trabalhadores, sob o manto de “sociedade civil”, o apanágio da responsabilidade social. É sob a insígnia de terceiro setor que uma plêiade de capitalistas investem na formação de fundações, empresas de assessoria, firmas de consultorias locais ou internacionais, escritórios de advocacia, instituições financeiras, bancos, *think tanks* etc. Os teóricos do terceiro setor apontam o espírito empreendedor como seu preceito fundamental. Segundo Giddens (2007, p. 26):

O empreendedorismo civil é qualidade de uma sociedade civil modernizada. Ele é necessário para que os grupos cívicos produzam estratégias criativas e enérgicas para ajudar na lida com problemas sociais. O governo pode oferecer apoio financeiro ou proporcionar outros recursos a tais iniciativas.

A noção do burguês como um indivíduo empreendedor foi sistematizada pela primeira vez pelo economista francês Jean Baptiste Say, considerado como pai do empreendedorismo. Em sua obra *Tratado de economia política* (1983), o termo aplica-se à personalidade capaz de deslocar e transferir recursos econômicos de um setor com baixa produtividade para outro dotado de elevada produtividade. Schumpeter (1985, p. 47) considera o empreendedor como o agente do processo de destruição criativa “que aciona e mantém em marcha o motor capitalista, criando novos produtos, novos mercados e sobrepondo-se aos antigos métodos menos eficientes e mais caros, revolucionando sempre a estrutura econômica [...] e criando uma nova”. Ele compreende que o sucesso do empresário emana da capilaridade de seu estratagema inovador, que consiste nas vicissitudes da “destruição criativa”, mediante a ascendência de corolários que transcendem as zonas habituais da economia mediante práticas inovadoras.

Como os apologistas do capital, Schumpeter desconsidera que o movimento imane das forças produtivas e das relações independe das idiosincrasias da personificação do capital. A subjetividade do empresário não está acima das determinações do sistema do capital. O mercado tem regras estabelecidas, e o capitalista não passa de sua mera per-

sonificação. O empreendedor de Schumpeter não passa duma abstração mística com o propósito de eternizar o sistema constituído.

A narrativa de Schumpeter conta com a colaboração de entidades poderosas, como, por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU). O relatório da referida organização internacional *Desencadeando o empreendedorismo*, em 2004, apresenta a educação empreendedora como a chave de elevação do nível de vida da população mundial; por isso, “encoraja os países filiados a adotarem ações no sentido de despertar as vocações empresariais pelos instrumentos midiáticos e pelos processos educacionais formais. Essas ações são apresentadas como essenciais para erradicar as crescentes taxas de desemprego e pauperismo” (ONU, 2004, p. 1). A notória organização revela-se profundamente colimada aos imperativos neoliberais, fortalecendo os preceitos ideológicos que ampliam a manipulação da consciência das massas. Desse modo, busca-se forjar um cenário propício para a difusão das parcerias público-privadas, em que a ideologia meritocrática do empreendedorismo ganha fórum especial.

Na tentativa de universalizar esse ideário, o empresário Jorge Paulo Lemann acumulou funções precípuas na emulação dos valores empreendedores no interior da escola pública. A pressão realizada pelos parlamentares e executivos de prefeituras, estados e federação caminha para a completa inserção da disciplina “empreendedorismo e inovação” na grade curricular das escolas públicas brasileiras (PL 2944/2021), reproduzindo os critérios meritocráticos difundidos pelo Sebrae e pelas escolas do sistema S (Sesc, Senac, Sesi e Senai).

O fundamento do interesse da Fundação Lemann pela educação pública

O arraigado interesse de Jorge Paulo Lemann pelos desígnios da educação pública brasileira tem como premissa a necessidade de difundir os preceitos da meritocracia empreendedora em todas as camadas da pirâmide social que constitui a sociedade brasileira. A defesa radical de uma educação orientada à reprodução dos valores neoliberais configura-se como força motriz do projeto estratégico constituído pelo empresário Jorge Paulo Lemann desde a criação da Fundação Educar, em 1990. Esta é uma espécie de *thinks tank*, ou seja, uma organização encorpada na formulação das políticas neoliberais que seriam aplicadas pelos governos (federal, estadual e municipal) a partir da década de 1990, atuando ainda na formação de lideranças expressivas no campo da política, que devem fortalecer as iniciativas e os preceitos do empreendedorismo, da inovação digital e da governança corporativa ensejada pelo mercado financeiro.

O espaço aberto na esfera da educação pela Fundação Educar pavimentou o caminho para a constituição da Fundação Lemann. A referida fundação compõe o Grupo Lemann,

enquanto conglomerado transnacional, que tem presença destacada em inúmeros países. O conglomerado é formado pelas empresas Anheuser-Busch InBev (AB InBev), Kraft Heinz, Brands International, Lojas Americanas etc. E, mais recentemente, pela aquisição da Eletrobras, juntamente com as transnacionais GIC, fundo soberano de Cingapura e o fundo de pensão canadense CPPIB. O inusitado patrimônio corporativo serviu para erigir Jorge Paulo Lemann à condição de homem mais rico do Brasil e o 19º homem mais rico do mundo. Isso permite perguntar: como o empresário conseguiu acumular tanta fortuna a partir da primeira empresa adquirida na época do milagre brasileiro (1971)?

Zettermann (2018) aponta que o jovem, aclimatado no bairro do Leblon (Rio de Janeiro), não brotou de nenhum clã tradicional ou de alguma abastada família brasileira. Seu pai foi um mero empresário do ramo de laticínios (Empresa Leco) que perdeu a empresa para um concorrente. Assim, o homem mais rico do Brasil tem origem modesta e precisou vender sua força de trabalho, primeiramente para a Invesco (1963), em que “Lemann criou um ‘mercado paralelo’ para a compra e venda de ações, chegando “a ser expulso do prédio da bolsa de valores por corretores” (OSCAR, 2019, p. 3). Posteriormente, precisou vender sua força de trabalho para a corretora Libra (1967), “onde conseguiu 200 mil dólares com sua saída da empresa e pôde comprar o banco Garantia”, em 1971 (OSCAR, 2019, p. 3).

Como a totalidade dos capitalistas, a fortuna de Jorge Lemann decorre de práticas nada idílicas do capital. O fundamento de sua riqueza emergiu das práticas sinistras que norteiam o mundo das bolsas de valores, retomadas com a abertura pró-mercado desencadeada pelo regime empresarial-militar instaurado no Brasil em 1964.

Oscar (2019, p. 3) nos oferece uma visão sucinta da vida do empresário antes de forjar sua primeira corretora no mercado de capitais:

Aos 31 anos, o ex-aluno de Harvard estava desempregado, mas com US\$ 200 mil no bolso. Seu plano era comprar uma corretora em sociedade com os colegas que tinham deixado a Libra. O dinheiro que faltava veio do amigo e ex-deputado Adolfo Gentil, dono do Banco Operador.

Gentil publicou um anúncio no jornal (‘compra-se corretora’) e, em agosto de 1971, adquiriu a Garantia por US\$ 800 mil. Ali, Lemann colocaria em prática o que aprendeu na universidade americana: uma cultura baseada em meritocracia, com obsessão por formar os melhores líderes e transformá-los em sócios.

No livro *Sonho Grande*, que conta a história do trio Lemann, Telles e Sicupira, a jornalista Cristiane Correa revela que, na corretora Garantia, Lemann buscava profissionais chamados por ele de PSD (*poor, smart, deep desire to get rich*) — pobres, espertos e com grande desejo de enriquecer.

Os matizes que asseguraram a fortuna de Sr. Jorge Lemann reproduzem a velha cantilena da ambição desmedida da burguesia destituída de escrúpulos, mas repleta de esperteza e ambição para a captura do excedente produzido pelos trabalhadores, mediante a subordinação do capital produtivo ao capital financeiro. A referida autora também oferece um retrato nada idílico dos métodos adotados pelo jovem empresário em sua etapa originária de formação empresarial.

Escreve Oscar (2019, p. 3):

Todos trabalhavam em um grande salão, sem divisórias, sem salas fechadas, para facilitar a comunicação — e a pressão. No ambiente aberto, todo mundo fiscalizava todo mundo: o clima era de competição. As jornadas duravam de 12 a 14 horas e, às vezes, entravam no fim de semana.

Os métodos de controle adotados pelo toyotismo comparecem na logística de constituição do espaço de trabalho com suas longas jornadas de trabalho. A aplicabilidade dos critérios de controle do chão da fábrica é reproduzida milimetricamente no espaço dos funcionários de colarinho branco, em que os vendedores de sua força de trabalho devem entregar sua pele para serem esfolados, haja vista que estão destituídos dos meios de produção e dos meios de subsistência (MARX, 2013). Como se não bastasse a exploração orquestrada pelas jornadas de trabalho de 12 e 14 horas, os trabalhadores eram lançados numa espécie de ringue, em que tinham que entrar no clima de competição para preservar seus postos de trabalho.

Os trabalhadores que eram contratados pelo empresário eram obrigados ainda a investir as bonificações conquistadas nas ações da própria empresa; desse modo, os empregados tinham de vestir a camisa da empresa, em que eram ficticiamente proprietários/investidores; aquele que não alcançasse as metas estabelecidas era sumariamente demitido. Esclarece Oscar (2019, p. 3): “No começo do Garantia, quem batesse metas podia ganhar até cinco salários extras. Mas para que uns recebessem outros tinham de perder. Em média, 10% do quadro de funcionários”. À proporção que foi ampliando sua taxa de acumulação, Jorge Lemann eliminou seus principais sócios, restando somente aqueles que não representavam uma destacada ameaça.

A partir do capital financeiro, de natureza rentista ou fictícia, Jorge Lemann procura inserir-se na esfera do capital produtivo e do capital comercial, pois era necessário penetrar efetivamente no mundo da produção; afinal, o capital fictício não produz nenhuma riqueza material, não passando da transferência de riqueza de uma mão para a outra: o que um indivíduo ganha, de um lado, alguém é obrigado a perder, do outro.

A hegemonia do capital financeiro, sob as outras formas de composição do capital, permitiu sua primeira experiência, que se revelou como um enorme fracasso, na Alparga-

tas; na segunda experiência, Jorge Lemann adquiriu os papéis mais importantes das Lojas Americanas na Bolsa de Valores e soube como fazer seu dinheiro multiplicar mediante a demissão de 6,5 mil pessoas. Oscar (2019, p. 4) afirma que essa demissão representa cerca de “40% do quadro de funcionários e a intensificação da exploração dos que permaneceram”, e acrescenta que, “em um semestre, as Americanas já valiam mais do que na data da aquisição pelo Garantia”.

Estes fatos desmistificam a retórica de Jorge Lemann. A sua fortuna brota da *expertise* que rege a natureza desumana do capital em todas as partes do mundo, não subsistindo absolutamente nada de inovador nas atitudes do referido empresário que não tenha sido denunciado por Karl Marx em sua obra fundamental, *O capital* (2013). Como Matarazzo e tantos outros empresários brasileiros, Jorge Lemann gosta de enaltecer sua fortuna nos cursos ministrados por suas fundações (Educar e Lemann), como produto de sua engenhosidade, notável maestria, imaginação criadora, espírito empreendedor e inovador. Esse discurso não passa de fantasia e é parte das “robinsonadas” burguesas que servem para obliterar os verdadeiros fundamentos da acumulação por espoliação e/ou da acumulação por exploração direta da força de trabalho (mais-valia), enquanto formas essenciais de acumulação e expansão do capital (LUXEMBURG, 1985).

Num contexto de crise dos partidos tradicionais que marca o advento do neoliberalismo, as fundações de Jorge Paulo Lemann forjam-se como espaços aglutinadores do pensamento neoliberal brasileiro. A Fundação Lemann atua na formação dos ideais corporativos e empresariais tanto no interior da classe dominante quanto no interior da classe dominada; seu propósito é controlar o processo de formação da inteligência brasileira e penetrar nas camadas mais distintas da classe trabalhadora. Nesse processo, as parcerias público-privadas cumprem um destacado papel.

No primeiro plano de ação pedagógica situa-se o processo de formação da classe dirigente do país. Mediante o controle da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (Raps), por exemplo, a Fundação Lemann (FL) colabora na formação dos herdeiros de frações relevantes da política brasileira, a exemplo de Eduardo Campos, João Campos, Pedro Cunha Lima, Priscila Krause, Gustavo Krause etc. Ao mesmo tempo, seu espaço de atuação estende-se à formação de membros importantes da nova esquerda brasileira, como o deputado federal Alessandro Molon (PSB/RJ), Monica, da Bancada Ativista (PSOL/SP), o senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP), Renato Casagrande (governador do Espírito Santo, pelo PSB), Tábata Amaral (que concluiu seus estudos em Harvard, com bolsa da Fundação Estudar) etc. (LOBÃO, 2019). No momento da escrita deste texto, a Raps (2022, p. 1) informa que sua rede de lideranças é constituída por:

753 membros, de 29 partidos políticos, de todas as regiões do país, de 26 estados e do Distrito Federal. Do total de membros, 228 estão no exercício de cargos eletivos, tais como: 8 senadores, 37 deputados(as) federais, 46 deputados(as) estaduais, 2 deputados(as) distritais, 91 vereadores(as), 2 governadores, 30 prefeitos(as) e 12 vice-prefeitos(as).

Além da formação da classe política dirigente, a Fundação Lemann destaca-se pela *expertise* na formação dos gestores e professores das escolas públicas brasileiras. Brito e Marins (2020) assinalam que o primeiro curso *online* (2003) endereçado para a formação dos gestores da escola pública denominava-se *Gestão para o sucesso escolar*; a primazia era conferida ao processo de “formação de lideranças e uso de instrumentos de avaliação como ferramenta de trabalho” (BRITO; MARINS, 2020, p. 2). Concomitantemente, a FL oferecia cursos de especialização para gestores escolares numa parceria com a Faculdade Anhembi-Morumbi.

Pela mediação de seus ativos *lobbies* no interior do parlamento burguês, a FL instituiu uma teia de parcerias com múltiplos órgãos públicos subordinados ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações. As atividades de assessoria às lideranças das escolas públicas cresceram ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, merecendo destaque os seguintes projetos e ações formativas, conforme Brito e Marins (2020, p. 8): 1 – Projetos relacionados à formação de docentes da escola pública pela mediação do Projeto Ensina Brasil e do Projeto Conectando Saberes; 2 – Projetos relativos à preparação da gestão educacional pela mediação do Projeto Gestão para Aprendizagem e do Seminário Políticas Educacionais; 3 – Apoio ao Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); 4 – Formação de lideranças parlamentares com o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Lideranças Públicas; 5 – Intervenção lobista no parlamento burguês no sentido de aprovar projetos de seu interesse, como, por exemplo, a reforma do ensino médio com o novo BNCC; 6 – A edição de revistas na perspectiva de forjar uma ideologia empresarial entre profissionais da educação, como as revistas Nova Escola e Gestão Escolar; 7 – O Projeto Portal QEDu, que monitora o banco de dados sobre a educação brasileira.

Uma rápida observação sobre o campo de atuação da FL permite constatar que não passa de engodo a afirmativa de que a empresa se constitui como “uma organização de filantropia familiar, nascida em 2002, a partir do desejo de construir um Brasil mais justo e avançado” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022, p. 1). Por sua vez, não deixa de ser verdadeira a assertiva contida em seu *site*, de que os pilares de sua atuação estratégica são “educação e lideranças”, em que “pessoas com formação educacional de qualidade podem se tornar líderes preparados e engajados para contribuir com o desenvolvimento do país” (FUNDAÇÃO LEMANN, 2022, p. 1).

Engana-se quem espera que essa formação se dê segundo os interesses daqueles que precisam da escola pública. Na verdade, a FL introduz na escola pública os preceitos da lógica empresarial para galvanizar os interesses capitalistas num contexto de crise sistêmica. Trata-se de uma ferramenta importante na disputa da consciência das massas que constituem a escola pública. A FL adentra no espaço escolar oferecendo cursos de capacitação para gestores e educadores ditados pelas tábuas da lógica empresarial e dos preceitos do empreendedorismo e da inovação. O fundamento dos programas e projetos instituídos pela FL visa à irradiação de mecanismos ideológicos essenciais à reprodução dos interesses do capital financeiro e suas corporações transnacionais. Trata-se de penetrar na educação pública na perspectiva de assegurar a universalização dos pressupostos essenciais e perenizar a irracionalidade do sistema assentado na apropriação do trabalho excedente dos trabalhadores.

O déficit de docentes e gestores das escolas públicas no domínio das novas ferramentas digitais e tecnologias serve de base às ações da FL. O Programa de Inovação Educação Conectada (IEC), de 2017, foi forjado para assegurar “a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica” (BRASIL, 2017, p. 1). É no bojo da formação técnica direcionada ao mundo digital que se introduz o discurso neoliberal da necessidade de subverter os velhos paradigmas da educação com metodologias inovadoras e estratégias fundamentadas na qualidade total, conforme reza o toyotismo.

Alijados de qualquer autonomia administrativa, os gestores das secretarias estaduais e municipais, diretores e supervisores escolares caminham como um rebanho para campos de capacitação controlados pela Fundação Lemann. Os seus pacotes formativos são indicados pelo próprio Ministério da Educação como resposta aos problemas de que padecem as escolas públicas, distantes das metas instituídas desde os tempos remotos do ministro Paulo Renato, que criou o provão (Enem) e os distintos mecanismos de avaliação. O processo de emulação direcionado para a FL descortina os limites da gestão democrática ante a ditadura dos pacotes estabelecidos pelo mercado.

Aprisionados nos rochedos dos modelos, metas e imposições determinados pelos *lobbies* da Fundação Lemann ao Ministério da Educação e ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, os gestores estaduais e municipais não passam de correias de transmissão da lógica empreendedora alicerçada na exploração do trabalho. Nesse processo, o principal responsável pela imposição da espada de Dâmocles, que paira sobre a cabeça dos gestores, é ocultado do processo. Desse modo, o protagonista da constelação de medidas liberais que pesa sobre os ombros das escolas públicas emerge como parceiro e portador do segredo capaz de absolver a educação pública brasileira dos males e problemas em que estão enredadas.

A FL aparece como a chave do sucesso das escolas que não conseguem alcançar as metas estabelecidas pelo Ideb, bem como dos elevados índices de repetência e evasão es-

colar, mediante critérios e exigências que ela mesma ajudou a fabricar com sua *expertise* inescrupulosa junto às bancas parlamentares em Brasília e sua influência direta sobre os executivos dos ministérios, das secretarias e dos governos federal, estaduais e municipais.

À guisa de uma conclusão

Assim como colaborou na elaboração e na aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a FL tem ensejado esforços na perspectiva de introduzir a disciplina empreendedorismo nas escolas públicas brasileiras. Nesse processo, a parceria público-privada é um instrumento fulcral de um processo de privatização sob o cariz velado de filantropia corporativa ou o compromisso dos empresários com a melhoria da “qualidade” do ensino ministrado segundo os preceitos axiológicos do empreendedorismo. No entanto, a referida parceria tem servido de base para a introdução de um novo esquema ideológico no interior da escola pública, que se apresenta como um mecanismo de internalização de regras e preceitos que proporciona a ampliação do poder e da influência de fundações capitalistas, forja uma escola pública à imagem e semelhança do capital financeiro e desloca os enormes montantes de recursos financeiros que deveriam ser aplicados na formação e capacitação de gestores, educadores e estudantes para fundações privadas.

O sucesso do deslocamento dos recursos públicos para o setor privado tem possibilitado a ampliação dos negócios de Jorge Paulo Lemann na esfera da educação. Como testemunho dessa ampliação, configuram-se não somente as fundações citadas, mas também o Grupo Eleva Educação (resultado da incorporação das redes de ensino Elite e Pensi), formado em 2013. O Eleva é, desde 2021, a maior corporação privada de educação básica do mundo (incorporando 51 escolas do Cogna/Kroton, inúmeras redes de ensino básico e redes de idiomas estrangeiros, como a Cultura Inglesa). Isso revela a importância de os educadores tomarem ciência da periculosidade que representa a inserção da FL na escola pública, com seus cursos de capacitação e formação de gestores e professores, bem como com seus cursos de assessoria digital.

É preciso que os movimentos docente e estudantil combativos tomem ciência da ameaça que representam os pacotes didáticos da FL oferecidos e forjem uma alternativa efetiva ao processo de constituição de uma escola pública: uma escola pública que não seja à imagem e semelhança do capital, mas sim imagem e semelhança da classe trabalhadora.

O presente texto procurou descortinar a natureza da crescente presença da Fundação Lemann no interior da escola pública brasileira, que tem – com sua rede extensa de cursos de capacitação de gestores e professores, bem como suportes técnicos aos estudantes e técnico-administrativos – como premissa essencial irradiar valores que buscam eternizar o sistema do capital num contexto de crise das organizações tradicionais da burguesia.

Contribuições dos/as autores/as: Participação integral de ambos os autores

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

BRASIL. Presidência da República. *Decreto n. 9.204, de 23 de novembro de 2017*. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015_2018/2017/decreto/D9204.htm. Acesso em: 3 jun. 2022.

BRITO, S. H. A. de; MARINS, G. A. M. de B. Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/vgVG6Hk63XFCVvH5Sxk7QLv/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

FUNDAÇÃO LEMANN. *Quem somos*. 2022. Disponível em: <https://fundacaolemann.org.br/institucional/quem-somos>. Acesso em: 4 jun. 2022.

GIDDENS, A. (Org.). *O debate global sobre a terceira via*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

HARVEY, D. O novo imperialismo. In: HARVEY, D. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. *Socialist Register*, 2004.

LOBÃO, A. “Think Tanks” formam novos e velhos políticos e ditam políticas públicas no Brasil. *Revista Fórum*, 9 abr. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2019/4/9/think-tanks-formam-novos-velhos-politicos-ditam-politicas-publicas-no-brasil-54844.html>. Acesso em: 4 jun. 2022.

LUXEMBURG, R. *Acumulação do capital*: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, K. *O capital*: o processo de produção do capital. Livro primeiro. São Paulo: Boitempo, 2013.

ONU. Desencadeando o empreendedorismo. *Relatório para o Secretariado Geral das Nações Unidas*. New York: ONU, 2004.

OSCAR, N. Jorge Lemann: conheça a trajetória do bilionário dos resultados. *Seu Dinheiro*, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www.seudinheiro.com/2019/jorge-paulo-lemann/jorge-paulo-lemann-bilionario/>. Acesso em: 5 jun. 2022.

RAPS. *Sobre nós*. 2022. Disponível em: <https://www.raps.org.br/rede-de-liderancas/?estado=2>. Acesso em: 4 jun. 2022.

SAY, B. S. *Tratado de economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHUMPETER, J. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SOARES, R. P.; CAMPOS NETO, C. A. S. *Considerações sobre o Projeto de Lei de parceria público-privada (PPP) em face da experiência recente do Brasil*. Brasília: Ipea, 2004. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2080/1/TD_1010.pdf. Acesso em: 5 jun. 2022.

SOLIANI, A.; SCOLESE, E. Lula sanciona lei das PPPs, mas obras só virão em 2006. *Folha de São Paulo*, 31 dez. 2004. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/f3112200411.htm>. Acesso em: 5 jun. 2022.

ZETTERMANN, C. R. *Biografias de sucesso ou habitus de classe? Um estudo sobre a origem social de empresários e executivos brasileiros*. 2018. Disponível em: <file:///D:/Downloads/37229-Texto%20submetido-124187-1-10-20190301.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2022.